



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — KzR: 1 800 000.00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U.E.E., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End Teleg «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada no Diário da República 1.ª e 2.ª séries é de KzR 2 150 000 00 e para a 3.ª série KzR 3 250 000 00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — U.E.E.
		Ano	
	As três séries.	KzR 1 155 000 000.00	
	A 1.ª série	KzR 650 500 000.00	
		KzR 470 500 000.00	
		KzR 315 500 000.00	

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 7/99:
De Revisão do Orçamento Geral do Estado para 1999

Lei n.º 8/99:
Aprova as alterações ao Código do Imposto Industrial

Conselho de Ministros

Decreto n.º 22/99:
Actualiza o vencimento mensal do Presidente da República e dos titulares de cargos políticos — Revoga o Decreto n.º 14/99, de 9 de Julho

Decreto n.º 23/99:
Actualiza os vencimentos dos funcionários públicos titulares de cargos de direcção e chefia — Revoga toda a legislação que contraria o presente decreto

Decreto n.º 24/99:
Determina que João Baptista Madeira Torres, cesse as funções de Administrador do Banco Nacional de Angola

Decreto n.º 25/99:
Cria para funcionar a nível nacional a Comissão Central de Coordenação dos Programas de Reabilitação Nacional — Revoga o Decreto n.º 11-B/96, de 12 de Abril

Decreto n.º 26/99:
Nomeia Celestino Eliseu Kanda e António Manuel Moisés Pinto, para exercerem o cargo de Administradores do Banco Nacional de Angola

Decreto n.º 27/99:
Actualiza os vencimentos dos funcionários públicos das carreiras do regime geral — Revoga toda a legislação que contraria o presente diploma

Rectificação:
Ao Decreto-Lei n.º 9/99, de 14 de Maio, publicado no Diário da República n.º 20, 1.ª série o qual concede à SONANGOL-U.E.E. direitos minerais de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área do Bloco 32

Ministérios da Justiça e das Obras Públicas e Urbanismo

Despacho conjunto n.º 125/99:
Confisca o prédio em nome de Mana Godinho.

Ministério dos Petróleos

Decreto executivo n.º 98/99:
Aprova o regulamento interno do Gabinete Jurídico

Decreto executivo n.º 99/99:
Aprova o regulamento interno do Gabinete de Inspeção

Ministério da Educação e Cultura

Decreto executivo n.º 100/99:
Cria o Curso Técnico Médio Bancário e aprova o plano e o programa curricular

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 7/99
de 10 de Setembro.

Tornando-se necessário proceder a actualização e adequação do Orçamento Geral do Estado para 1999, ao quadro económico e social actual, em conformidade com o estabelecido pelo artigo 20.º da Lei n.º 2/99, de 2 de Julho é aprovada a presente Revisão do OGE

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação da revisão do orçamento)

Os n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º da Lei n.º 2/99, de 2 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

1. É aprovado pela presente lei, o Orçamento Geral do Estado, doravante designado OGE/99, para vigorar durante o presente exercício económico.

2. O Orçamento Geral do Estado para 1999, comporta receitas orçadas em KzR: 5 052 328 434 862 092 00 e despesas em igual montante, que se publica em anexo e faz parte integrante da presente lei.

- c) os Administradores Municipais;
- d) os Delegados e Directores Provinciais dos Sectores intervenientes nos Programas;
- e) representantes de Igrejas, organizações não governamentais, do sector privado, autoridades tradicionais e representantes dos doadores presentes nas províncias.

2. As Comissões Provinciais de Coordenação dos Programas de Reabilitação Nacional são órgãos consultivos que assistem o Governador Provincial na coordenação, priorização e apoio das acções de reabilitação e de reconciliação nacional no território da província.

Art. 6.º — Junto das Comissões Provinciais de Coordenação dos Programas de Reabilitação Nacional, funcionará as seguintes estruturas de apoio técnico:

- a) uma Unidade Provincial de Apoio Técnico ao Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional (PTSU);
- b) um Grupo Provincial de Projecto de Impacto Inter-Ministerial da Reforma Administrativa;
- c) uma Unidade Provincial do Projecto de Impacto Rápido e de Aconselhamento aos Desmobilizados (PU-SECORQUIPS).

2. As Unidades Provinciais de Apoio Técnico ao PRC têm as seguintes atribuições:

- a) prestar apoio à Comissão Provincial de Coordenação dos Programas de Reabilitação Nacional ao Gabinete do Plano Provincial na programação e definição de prioridades e a implementação de uma gestão por objectivo voltada para o desenvolvimento;
- b) apoiar a administração local e as comunidades a identificar projectos sem financiamento e ajudar propostas para o enquadramento financeiro das mesmas.
- c) promover a capacitação dos parceiros a nível Provincial, Municipal e Comunitário em matéria de identificação e formulação de projectos;
- d) actuar em estreita colaboração com as Unidades Centrais de Apoio Técnico;
- e) pôr a disposição dos parceiros informações e conselhos úteis para os sucessos dos programas;
- f) manter o envolvimento das comunidades beneficiárias e informar a população em geral sobre o progresso e impacto do programa.

Art. 7.º — 1. Os encargos administrativos e outros, resultantes do funcionamento das estruturas ora criadas serão financiados pelo Governo através do Orçamento Geral do Estado, pelo PNUD e outras Agências das Nações Unidas, por doadores em bases bilaterais ou multilaterais e por investidores privados, em modalidades a estabelecer pela Comissão Central de Coordenação.

2. O Ministro do Planeamento estabelecerá por despacho as normas criadas no âmbito do presente diploma.

Art. 8.º — As dúvidas decorrentes da interpretação ou aplicação das normas contidas no presente diploma serão resolvidas pelo Conselho de Ministros.

Art. 9.º — Fica revogado o Decreto n.º 11-B/96, de 12 de Abril

Art. 10.º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros, em Luanda, aos 28 de Maio de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

Decreto n.º 26/99
de 10 de Setembro

Havendo necessidade de se nomearem Administradores para o Banco Nacional de Angola;

Atendendo ao disposto no n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 6/97, de 11 de Julho;

Nestes termos, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Art. 1.º — São nomeados, Celestino Eliseu Kanda e António Manuel Moisés Pinto, para exercerem o cargo de Administradores do Banco Nacional de Angola.

Art. 2.º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros, em Luanda, aos 20 de Agosto de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

Decreto n.º 27/99
de 10 de Setembro

Convindo actualizar os vencimentos dos funcionários públicos, de acordo com o estabelecido no Programa do Governo;

Nos termos das disposições combinadas da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado, de acordo com a tabela salarial anexa ao presente decreto, a actualização dos vencimentos dos funcionários públicos das carreiras do regime geral.

Art. 2.º — A presente medida não abrange os subsídios não previstos na legislação vigente.

Art. 3.º — É revogada toda a legislação que contrarie o presente diploma.

Art. 4.º — As dúvidas que suscitarem na interpretação e aplicação do presente diploma serão resolvidas pelo Conselho de Ministros.

Art. 5.º — Este decreto entra em vigor a partir de 1 de Setembro de 1999.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros, em Luanda, aos 20 de Agosto de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS